CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

PEC da Educação

Após PEC, repasses para UEG devem ter acréscimo de aproximadamente R$100 milhões/ano

15/09/2019 16:30 ··· Por Lívia Barbosa ···

Confira levantamento de repasses realizados nos últimos cinco anos

Campus Henrique Santillo, UEG em Anápolis | Foto: Reprodução

Segundo dados do Tribunal de Contas do Estado e Portal da Transparência do Estado, durante o período compreendido entre 01/01/2015 e 11/09/2019, o tesouro estadual emitiu Ordens de Provisão Financeira (OPF) tendo como beneficiário a Universidade Estadual de Goiás (UEG), totalizando R$1.185.801.122,05.

As OPF emitidas pelo Tesouro Estadual podem ter diversas finalidades como: movimentação financeira de uma conta bancária do Tesouro Estadual para uma conta bancária do órgão/ente; autorização para que o órgão/ente utilize recursos que já foram contabilizados por ele como receita orçamentária própria e/ou que já estão disponíveis em determinada conta bancária de titularidade do órgão/ente; e, com a implantação da Conta Única Estadual, as OPFs também passaram a ter a finalidade de autorizar que o órgão/ente saque recursos dentro da Conta Única para pagamento de suas despesas.

Confira na tabela os repasses realizados nos últimos cinco anos:

Ano	Beneficiário	OPF (Saldo)	Saldo Pago
2015	Universidade Estadual de Goiás	222.436.769,03	242.007.280,21
2016		234.479.308,07	264.845.027,77
2017		270.071.713,09	291.249.947,71
2018		272.023.048,37	293.291.997,59
2019		186.790.283,49	203.427.706,72
Total		**1.185.801.122,05**	**1.294.821.960,00**

Tabela 1: Repasses e Pagamentos da UEG - Jan 2015 a Set 2019

O TCE observa que, com relação ao saldo pago ser maior que o OPF saldo, uma análise mais detalhada deve ser feita, pois, pode ter ocorrido, por exemplo, que em exercícios anteriores a UEG tenha contraído saldo em caixa que foi desembolsado posteriormente em outros exercícios.

A consulta realizada contempla todas as Ordens de Provisão Financeiras emitidas pelo Tesouro Estadual no período, independentemente da finalidade, e não contempla eventuais repasses extraorçamentários realizados pelo Tesouro Estadual ou devoluções de recursos pela Universidade Estadual de Goiás.

De acordo com a tabela , observa-se ainda que o maior repasse anual foi feito em 2018, quando o saldo pago foi de R$293.291.997,59.

O que muda com a PEC da Educação

Com a aprovação da PEC da Educação, que prevê a junção do orçamento de 2% da UEG aos 25% da educação básica, e a retirada de cerca de 4% dos inativos e remanejamento para o Goiás Previdência, os repasses para a Universidade Estadual de Goiás deve ter um acréscimo de R$100 milhões.

Na prática, uma OPF que antes giraria em torno de R$244.053.851,11 saltaria para R$ 348.648.358,11. O valor é maior do que todos os repasses anteriores, graças à mudança na realização de descontos possível com a vinculação junto aos 25%, uma vez que tais descontos não podem incidir sobre receitas da educação.

Esse aumento é apontado por parlamentares como determinante para a aprovação da matéria na Assembleia Legislativa de Goiás com o apoio não só dos deputados da base, mas também de oposição.

O POPULAR (17/09)

Para atender STF, Estado terá de cortar até R$ 1,2 bi

FOLHA Executivo, Legislativo e Judiciário terão de cortar R$ 573 milhões por quadrimestre para cumprir a LRF; decisão reinclui inativos e IR em cálculos

Fabiana Pulcineli
fabiana.pulcineli@opopular.com.br

Impedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de excluir pensionistas e imposto de renda do cálculo de gastos com pessoal, os três Poderes em Goiás terão de cortar R$ 573 milhões por quadrimestre para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Para evitar proibições de aumento de gastos, a tesoura teria de alcançar R$ 1,2 bilhão.

Os poderes Executivo e Legislativo são os que estão atualmente mais acima do teto imposto pela LRF (*veja quadro*). Judiciário e Ministério Público Estadual estão praticamente em cima do limite. O POPULAR fez o levantamento junto aos dados dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) do primeiro quadrimestre deste ano, publicados pelos próprios órgãos públicos.

A LRF estabelece limites máximos de despesas com funcionalismo em relação à receita corrente líquida: 48,6% para o Executivo; 6% para o Judiciário; 2% para o Ministério Público e 1,5% para o Legislativo. Se ultrapassarem este teto, os poderes e órgãos têm dois quadrimestres para promover adequações.

Mas há também os chamados limites prudenciais, que representam 95% do teto e servem de alerta para não chegar ao máximo. Caso ultrapasse o limite prudencial, o Poder Público tem de adotar medidas impostas pela LRF para controlar os gastos. Assim, fica proibido de conceder aumento, reajuste e benefícios; de criar cargos ou alterar a estrutura de carreira; de pagar horas extras e de contratar pessoal, a não ser em caso de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança.

Até aqui, os poderes em Goiás estavam protegidos pelos efeitos das emendas 54 e 55, incluídas na Constituição Estadual em 2017, que permitiam um cálculo menor de despesas com funcionalismo. Na semana passada, o Supremo considerou as emendas contrárias à Constituição Federal e à LRF e suspendeu seus efeitos.

O governador Ronaldo Caiado (DEM) já afirmou que espera que o Supremo faça uma "modulação" e aponte instrumentos para que o Estado cumpra a LRF. Já o presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB), afirmou que vai tentar suspender a decisão do Supremo e articula com TJ-GO e MP-GO alternativas para evitar o impacto do novo cálculo.

Lissauer disse ao POPULAR na semana passada que pode ser obrigado a demitir cerca de 1,8 mil comissionados. O Legislativo tem atualmente 3.124 comissionados e 349 efetivos, segundo dados oficiais de junho deste ano.

PRAZOS

Se a decisão tiver efeito a partir deste mês de setembro, como apontam juristas, o novo cálculo ocorreria neste terceiro quadrimestre, com publicação apenas em janeiro de 2020. Mantidos os porcentuais atuais, Executivo e Legislativo terão, segundo a LRF, dois quadrimestres para reduzirem as despesas e se adequarem à lei.

Na proposta do Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF), enviado à Câmara dos Deputados em junho para ajudar os Estados em dificuldades financeiras, o governo federal incluiu a ampliação do prazo da LRF para as adequações: dois anos em vez de dois quadrimestres. O projeto, no entanto, está parado na Casa.

A reportagem solicitou ao TJ-GO e ao MP-GO informações sobre que medidas pretendem adotar para se adequar à LRF e uma posição sobre a decisão do Supremo. O Judiciário respondeu que "como a decisão ainda não foi publicada, o TJ-GO não conhece os termos do voto do relator, ministro Alexandre Morais, e, com isso, não pode se manifestar apropriadamente sobre a matéria". "Oportunamente, quando tivermos conhecimento do inteiro teor do voto do ministro, estaremos à disposição para prestar informações sobre o tema", completou, em resposta enviada pela assessoria de imprensa.

Já o MP-GO informou apenas que "está estudando soluções dentro da legalidade". Tanto Judiciário como o MP não comentaram os dados sobre os novos cálculos e o limite que já atingiram de gastos com pessoal.

Fim da maquiagem

Como ficam as contas dos três poderes e do MP após novo cálculo de gastos com pessoal

Poder Executivo

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
R$ 22.067.839.727,57

GASTOS COM PESSOAL

- **Cálculo atual**
  R$ 9.583.247.909,92
  (43,42% da RCL)
- **Novo cálculo**
  R$ 11.278.909.659,01
  (51,11% da RCL)
- **Limite prudencial**
  R$ 10.724.970.107,60
  (46,17% da RCL)
- **Limite máximo**
  R$ 10.188.721.602,22
  (48,60% da RCL)

TEM DE CORTAR...
R$ 553.939.551,41
para o limite máximo
R$ 1.090.188.056,79
para o limite prudencial

Poder Legislativo

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
R$ 22.067.839.727,57

GASTOS COM PESSOAL

- **Cálculo atual**
  R$ 299.253.922,42
  (1,35% da RCL)
- **Novo cálculo**
  R$ 350.693.074,51
  (1,58% da RCL)
- **Limite prudencial**
  R$ 314.466.716,11
  (1,43% da RCL)
- **Limite máximo**
  R$ 331.017.595,91
  (1,50% da RCL)

TEM DE CORTAR...
R$ 19.675.478,60
para o limite máximo
R$ 36.226.358,40
para o limite prudencial

Poder Judiciário

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
R$ 22.067.839.727,57

GASTOS COM PESSOAL

- **Cálculo atual**
  R$ 1.069.707.507,57
  (4,84% da RCL)
- **Novo cálculo**
  R$ 1.319.274.841,02
  (5,97% da RCL)
- **Limite prudencial**
  R$ 1.257.866.864,47
  (5,70% da RCL)
- **Limite máximo**
  R$ 1.324.070.383,65
  (6% da RCL)

TEM DE CORTAR...
Ainda não atingiu o limite máximo
R$ 61.407.976,55
para o limite prudencial

Ministério Público

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
R$ 22.067.839.727,57

GASTOS COM PESSOAL

- **Cálculo atual**
  R$ 338.803.054,37
  (1,53% da RCL)
- **Novo cálculo**
  R$ 439.772.505,52
  (1,99% da RCL)
- **Limite prudencial**
  R$ 419.288.954,82
  (1,90% da RCL)
- **Limite máximo**
  R$ 441.356.794,55
  (2% da RCL)

TEM DE CORTAR...
Ainda não atingiu o limite máximo
R$ 20.483.550,70
para o limite prudencial

Tribunais de Contas dos Municípios (TCM-GO) e do Estado (TCE-GO), e Defensoria Pública (DPE-GO) não seguiam as emendas da Constituição Estadual, mas sim o cálculo do Tesouro Nacional, por isso não sofrerão impacto.

Fonte: Dados do 1º quadrimestre de 2019 dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) publicados pelos poderes e órgãos

O POPULAR (17/09)

Lissauer quer prazo para adequação

FOLHA Com poucas chances de reverter decisão do STF, presidente da Assembleia vai sugerir a Caiado articulação de MP para protelar aplicação imediata de regra

Bruna Aidar
bruna.aidar@opopular.com.br

Na tentativa de encontrar soluções para cumprir a liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que obriga os três poderes e órgãos autônomos a contabilizar, nos cálculos de pessoal, inativos e Imposto de Renda retido na fonte, o presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB), recebeu ontem, na Casa, representantes de tribunais, da Defensoria Pública, do Ministério Público e da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Ainda não há definição sobre que medidas serão tomadas, mas, com poucas perspectivas de reverter a decisão, o grupo deve atuar para, ao menos, tentar conseguir um prazo de adequação.

"Nós discutimos o que pode ser feito, como fazer para adequar e as saídas jurídicas. Não está descartado tentar reverter a medida, mas é pouco provável que a gente consiga, então o caminho é tentar ver se conseguimos um prazo para regularizarmos, talvez quatro, cinco anos. Todos nós concordamos que tem que ser cumprido, mas não tem como publicar hoje e, amanhã, já nos adequarmos", argumentou Lissauer.

Ele deve se reunir no final desta semana com o governador Ronaldo Caiado (DEM) para sugerir a ele que articule, em Brasília, a aprovação de alguma medida provisória, lei ou expediente capaz de protelar a aplicação imediata da regra. "Vamos levar essa proposta para o governador, ele tem condições de fazer essa mediação, pela influência que tem no governo federal", declarou.

Lissauer determinou que técnicos da Assembleia façam estudos para medir exatamente o impacto, em termos de demissões, que a alteração nos cálculos teria, mas as informações preliminares são de que pelo menos 1,8 mil comissionados, dos mais de 3 mil que a Casa tem, atualmente, sejam desligados.

> *"Todos nós concordamos que tem que ser cumprido, mas não tem como publicar hoje e, amanhã, já nos adequarmos"*
>
> **Lissauer Vieira (PSB), presidente da Assembleia**

Ao POPULAR, a procuradora-geral do Estado, Juliana Diniz, disse que, como a ata da decisão ainda não foi publicada pelo STF, não é possível determinar que ação será de fato tomada. "Temos que aguardar. Por enquanto, só temos conjecturas. Sem a ata, qualquer levantamento é inconcluso."

Ela destacou também que ainda não conversou com Caiado para saber como o governador pretende proceder. Na semana passada, ao POPULAR, o democrata disse que a liminar do STF permite saber a real situação das contas públicas e esperar que, agora, o Supremo "sinalize instrumentos para que o Estado de Goiás consiga chegar ao patamar instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal".

Hoje, pelo texto da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), caso o limite do funcionalismo ultrapasse o teto, o ente tem dois quadrimestres para se adequar. Na esfera estadual, o Legislativo e o Tribunal de Contas do Estado (TCE) não podem comprometer mais de 3% da receita corrente líquida com pessoal; o Judiciário, 6%; o Executivo, 49%; e o Ministério Público, 2%.

De acordo com os dados dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) do primeiro quadrimestre de 2019, Executivo e Legislativo já ultrapassam o teto, enquanto o Judiciário e o Ministério Público estão em cima do limite. (*leia mais na página 4*)

Lissauer Vieira (PSB), presidente da Assembleia: quatro ou cinco anos para a readequação às regras da LRF

Datas-bases devem ser retidas pelo presidente da Assembleia

Na reunião de ontem, os representantes do Judiciário, do Ministério Público e da Assembleia Legislativa também discutiram a questão dos projetos que instituem as datas-bases de servidores, conforme antecipado pela coluna *Giro*. Segundo o presidente da Assembleia, Lissauer Vieira (PSB), todos eles tramitarão normalmente e devem ser aprovados, mas não serão imediatamente enviados para análise do governador Ronaldo Caiado (DEM), que tem a prerrogativa de vetá-los. O intuito de Lissauer ao segurar as matérias em vez de enviar para análise do Executivo é aguardar para saber se de fato os poderes terão que aplicar a regra de contabilizar inativos e Imposto de Renda retido na fonte nos cálculos com folha de pagamento.

"Vamos segurar todos, porque se a questão se definir de forma desfavorável para nós e tivermos que cortar gastos, não temos como conceder a data base, não tem o que fazer", explicou ele.

Segundo o regimento interno da Casa, as leis que são sujeitas à análise do governador devem ser enviadas a ele no prazo de 15 dias, "a contar de sua aprovação em turno final".

Há três matérias sobre data-base na Assembleia: a que trata da revisão geral anual do MP foi aprovada na semana passada e as que versam sobre servidores do Legislativo e do TJ ainda estão tramitando – ambas devem ser analisadas hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). No caso do MP e da Assembleia, o reajuste é de 3,43%, concedido a partir de maio deste ano. O do TJ estabelece índice de 3,75%, com valores retroativos a janeiro de 2019.

ECONOMIA

Incentivos e autonomia preocupam

REFORMA TRIBUTÁRIA Projeto que cria Imposto sobre Operações com Bens e Serviços, em substituição a IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS, é alvo de críticas

Lucia Monteiro
lucia.monteiro@opopular.com.br

As ameaças à autonomia dos municípios e à concessão de incentivos fiscais são dois dos pontos que mais preocupam o poder público e o setor privado goiano na Proposta de Emenda Constitucional 45 para a reforma tributária. A PEC foi debatida ontem, em Goiânia, durante uma audiência pública, que reuniu representantes do setor empresarial, dos governos estadual e municipal e do poder legislativo.

A PEC 45, do deputado federal Baleia Rossi (MDB-SP), prevê a substituição do IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS por um imposto sobre o valor agregado: o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS). Para o contribuinte, seria necessário pagar apenas uma alíquota, mas o IBS teria sua arrecadação dividida entre o poder federal, estadual e municipal. Seria criado um comitê gestor nacional com representantes de cada ente para controlar a arrecadação e a distribuição da receita.

O secretário de Finanças da Prefeitura de Goiânia, Alessandro Melo, diz que a proposta precisa de muito aperfeiçoamento, pois causaria grande transtorno para os municípios, ao retirar deles a capacidade de cobrar o ISS. "Eles perderiam sua autonomia, ficando dependentes do governo federal para arrecadação e transferência dos recursos", adverte Alessandro. Ele lembra que o ISS hoje representa entre 60% e 70% da arrecadação municipal.

Para Alessandro, a proposta não é uma reforma, pois engloba apenas cinco tributos e não abrange questões como incidência de Imposto de Renda sobre lucros e dividendos. Ele propõe que os municípios optem por abrir mão ou não da autonomia. Mediante o pagamento de taxa seria possível transferir para o Estado a arrecadação do ISS. "Também há nenhuma simulação do grande impacto que o setor de serviços terá com o aumento de sua carga", alerta.

Para o representante da Secretaria de Estado da Economia e do Conselho Nacional de Política Fazendária (Consefaz), na reunião, Elder Souto Silva, uma das maiores preocupações para Goiás na PEC é a vedação da possibilidade de concessão de incentivos fiscais, além da preservação da autonomia financeira de estados e municípios.

> *"Os municípios perdem autonomia, ficando dependentes do governo federal para arrecadação e transferência de recursos"*
>
> **Alessandro Melo, secretário Municipal de Finanças**

Na visão do setor empresarial, a grande preocupação é com os incentivos. Para o presidente da Federação do Comércio de Goiás (Fecomércio), Marcelo Baiocchi, o conceito da PEC é interessante ao reunir vários impostos em um só e fazer com que uma base maior pague. "Mas divergimos em alguns pontos. Se fala em tributar o consumo, que é maior no Sul e Sudeste. Será que isso traz o equilíbrio almejado? Fala-se num fundo para isso. Mas como ele será composto?", questiona.

O representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Sindifisco), Marcos Assunção, listou, entre os problemas atuais, a carga tributária elevada, o excesso de tributação no consumo e de obrigações acessórias e a alta complexidade, que gera mais exceções do que regras e a guerra fiscal, que causaria uma concorrência predatória na atração de investimentos. "Queremos um sistema simples, transparente e neutro".

Wildes Barbosa

Presidente da Comissão que analisa da PEC 45, Hildo Rocha (MDB/MA) (*de óculos*), foi recebido por parlamentares goianos

Setor produtivo propõe mudanças para evitar crescimento de tributo

O presidente da Federação das Indústrias de Goiás (Fieg), Sandro Mabel, informa que o setor empresarial já fez alguns substitutivos ao projeto, através das bancadas goianas na Câmara e no Senado, com sugestões de modificações que precisam ser feitas. Entre as preocupações, estão a necessidade de limitação da carga tributária e a questão da regressividade, que pode tornar o sistema ainda mais injusto. "Não podemos deixar a carga crescer", adverte Mabel. O presidente da Comissão Especial que analisa da PEC 45, deputado Hildo Rocha (MDB/MA), disse que ouviu as considerações dos goianos e que ficou clara a grande preocupação com os incentivos fiscais. "Não pretendemos acabar com eles, mas trocar o incentivo fiscal pelo orçamentário, que será constituído com orçamento do fundo bancado pelo imposto seletivo monofásico, de competência da União", explica o deputado. Ele garantiu que nenhum município terá perdas com a proposta porque haverá uma equalização ao longo do tempo. "Só buscamos simplificar o sistema, dando mais segurança jurídica, transparência e neutralidade, onde o governo não interfira na economia", afirmou Hildo Rocha. Segundo ele, muitos pontos da proposta ainda podem ser alterados. O único ponto que não pode ser mudado, segundo ele, é justamente a criação de um imposto sobre bens e serviços, que tem o objetivo de alargar a base de arrecadação. Segundo o deputado, a expectativa é que a proposta seja votada na Comissão Especial entre os próximos dias 8 e 10 de outubro, indo a Plenário posteriormente. "Todas as propostas apresentadas nas audiências públicas que estamos realizando pelo País serão levadas em consideração e, sem dúvida, o relator fará um substitutivo", garantiu.

DIÁRIO DA MANHÃ (17/09)

Goiás articula adequação ao teto

Representantes querem um prazo para o cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal

Venceslau Pimentel
Especial para O Hoje

Na semana passada, o plenário do STF decidiu pela suspensão da eficácia de emendas à Constituição do Estado de Goiás

Representantes do Legislativo, Executivo, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios decidiram ontem, em reunião na Assembleia Legislativa, que vão propor a fixação de um prazo para cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), no que tange à Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos.

Na semana passada, o plenário do STF decidiu pela suspensão da eficácia de emendas à Constituição do Estado de Goiás, 54/2017, e 55/2017, que estabeleceram limites de gastos correntes aos poderes estaduais e aos órgãos governamentais autônomos. O prazo vale até 31 de dezembro de 2026.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) foi proposta pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, que conseguiu, no Supremo, medida cautelar. As duas emendas impõem limitações de gastos aos três Poderes estaduais e também aos órgãos governamentais autônomos.

Segundo a procuradora-geral, Raquel Dodge, as emendas violam a competência da União para editar normas gerais de direito financeiro e para definir os limites de despesas com pessoal e os recursos mínimos para o custeio dos serviços públicos de saúde e de educação. Outro argumento é que as regras contidas nas emendas constitucionais estaduais são menos rigorosas do que as normas nacionais.

Em entrevista à imprensa, o presidente da Assembleia, Lissauer Vieira, disse que a intenção é um entendimento, para cumprimento da decisão judicial. Ele fez questão de ressaltar que não há recusa em se adequar às novas regras ou não avaliar redução de gastos com pessoal. "Nós não podemos, de forma alguma, de uma hora pra outra, ter uma decisão do STF e termos que demitir e pararmos as políticas públicas importantes, principalmente por parte do Executivo", pontuou.

Segundo ele, a medida judicial prejudica o Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público, mas com maior impacto sobre o Poder Executivo.

> *Este será muito prejudicado e, automaticamente, prejudicará a polulação*

"Este será muito prejudicado e, automaticamente, prejudicará a população", alertou.

Para evitar maiores transtornos à administração pública em Goiás, o presidente da Assembleia adiantou que o que se está buscando é uma alternativa de adequação em relação aos gastos públicos, estabelecendo-se um prazo para tal. Ele sugere um prazo de quatro ou cinco anos. "Eu acho que isso é justo, até porque nós não temos condições de resolvermos isso e regularizar tudo da noite para o dia", ponderou Lissauer.

Procuradora-geral em exercício, Laura Bueno, que também participou da reunião, admitiu, assim como Lissauer Vieira, que a forma do novo cálculo do teto de gastos, com a suspensão das duas emendas constitucionais, dificulta o Ministério Público Estadual em se adequar às novas regras. "Estamos aguardando a publicação da decisão do Supremo, para vermos o seu interior teor, a forma de calcular e quais os impactos para cada poder ou órgão", disse.

Como cada um está fazendo as suas contas, ela afirmou que é necessário um prazo para adequação. Segundo a procuradora, essa modulação vai trazer justamente um tempo de adequação.

Durante a reunião, foi sugerido que o governador Ronaldo Caiado (DEM) articule junto ao governo Jair Bolsonaro (PSL) a edição ou de uma Medida Provisória ou um projeto de lei, contendo a fixação do prazo para adequação de Goiás, diante da medida do Supremo. O presidente da Assembleia salientou que, caso alguma medida seja apresentada ao Congresso Nacional, ela não valerá apenas a Goiás, mas às demais unidades da Federação. "Vários outros estados estão na mesa situação de Goiás", afirmou Lissauer.

> *Estamos aguardando a publicação da decisão para vermos o seu teor*

Regras flexíveis

Na ADI, Raquel Dodge argumenta que as emendas violam a competência da União para editar normas gerais de direito financeiro e para definir os limites de despesas com pessoal e os recursos mínimos para o custeio dos serviços públicos de saúde e de educação. Diz que as regras contidas nas emendas são menos rigorosas do que as normas nacionais.

Relator da ação, o ministro Marco Aurélio votou pelo deferimento parcial da liminar, acolhendo o argumento da usurpação da competência da União para editar normas gerais sobre direito financeiro, e que, no seu entendimento, o Estado teria contrariado a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Ele explica, em seu voto, que no âmbito dos estados, a LRF estabeleceu o percentual máximo das despesas totais com pessoal e incluiu no somatório os gastos com ativos, inativos, pensionistas e quaisquer espécies remuneratórias. O ministro observa que a nova redação do artigo 113, parágrafo 8º, da Constituição goiana, afastou do cálculo do limite de despesas com pessoal o pagamento de pensionistas e os valores referentes ao imposto de renda retido na fonte dos servidores públicos estaduais.

DIÁRIO DA MANHÃ (17/09)

Governo de Goiás lança Projeto Pró-Águas que visa revitalizar bacia do Rio Meia Ponte

Comitê Permanente de Gestão Integrada para o Enfrentamento da Crise Hídrica na Bacia do Meia Ponte realiza primeiro encontro coordenado pela Semad e detalha ações que visam promover reequilíbrio ecológico e aumentar produção de água

A secretária de Meio Ambiente, Andréa Vulcanis, durante a primeira reunião do Comitê Permanente de Gestão Integrada para o Enfrentamento da Crise Hídrica na Bacia Hidrográfica do Alto Meia Ponte

O Comitê Permanente de Gestão Integrada para o Enfrentamento da Crise Hídrica na Bacia Hidrográfica do Alto Meia Ponte, sob coordenação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), lançou, nesta segunda-feira (16/09), o Projeto Pró-Águas Rio Meia Ponte, que visa revitalizar a área com ações de curto, médio e longo prazos. Foi o primeiro encontro do grupo, estabelecido no último dia 10 de setembro.

Segundo a secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Andréa Vulcanis, o primeiro objetivo do comitê é viabilizar a recuperação de 3 mil hectares, em um trabalho que envolve desde a proteção de nascentes até a recomposição de vegetação nativa.

"O objetivo não é só solucionar o problema de abastecimento de Goiânia e região metropolitana", afirma a secretária. "A cada ano que passa, temos menos vazão nos rios da região e isso impacta a economia local", pontua. "Não ter água implica em menor produção da indústria, que gera 7 mil empregos diretos e indiretos, menor produção para os pequenos produtores, que hoje são em torno de 5 mil", informa. "Ou seja, sem água disponível não há economia que se sustente", alerta.

O plano de ações foi elaborado sem custos para o Estado pelo Instituto Espinhaço, organização sem fins lucrativos com atuação em 12 países e ampla experiência em recomposição florestal de larga escala e revitalização de bacias hidrográficas.

Nas próximas semanas, um grupo de trabalho designado na reunião desta segunda-feira vai levantar diversos tipos de ações que já são realizadas hoje por prefeituras, órgãos estaduais, organizações sem fins lucrativos e produtores, entre outros, de forma autônoma. "Vamos colocar em uma planilha todas as ações que já vêm sendo feitas por atores de forma isolada, ideias para que possamos deliberar, daqui 15 dias, ação por ação para saber o que vai compor o plano de ação integrada", afirma Andréa Vulcanis.

A titular da Semad acredita que os resultados do Projeto Pró-Águas Rio Meia Ponte já possam ser sentidos no ano que vem. "Ano após ano a crise hídrica se agrava na Bacia do Meia Ponte. O que mais foi dito na reunião do comitê é a necessidade de sair da fase de discurso e passar para ações concretas e práticas para uma solução de médio e longo prazos, sendo que médio prazo já consideramos como o ano que vem", disse ela.

Durante entrevista coletiva, o presidente da Saneago, Ricardo Soavinski, detalhou os investimentos realizados pela empresa de saneamento básico para reduzir perdas durante a distribuição.

O Comitê Permanente de Gestão Integrada para o Enfrentamento da Crise Hídrica na Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte é composto por convidados que representam o primeiro, segundo e terceiro setores. São eles: Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte, Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Defesa Civil do Estado, Faeg, Fieg, Ministério Público, prefeitos dos municípios de Brazabrantes, Damolândia, Inhumas, Itauçu, Goianira, Goiânia, Nerópolis, Nova Veneza, Ouro Verde e Santo Antônio de Goiás, Saneago, Seapa, Sedi, SIC, SSP, UEG, UFG, Emater, AGR e instituições da sociedade civil com notória atuação em projeto de revitalização de bacias hidrográficas.

CRISE HÍDRICA

O Governo de Goiás, por meio da Semad, já vem implementando ações emergenciais para evitar o racionamento de água em Goiânia e região metropolitana. Nesta segunda-feira, foi aberta mais uma barragem em Santo Antônio de Goiás para reequilibrar a vazão do Rio Meia Ponte em níveis acima de 1.500 litros por segundo, volume considerado crítico pelos técnicos - o índice médio de hoje foi de 2.019 l/s.

Segundo a secretária Andréa Vulcanis, o governo já conta com 72 represas acima de 2 hectares cadastradas para possíveis aberturas das comportas. "Iremos fazer estas aberturas conforme seja detectada redução na vazão, sempre tendo em vista evitar o racionamento", aponta.

O governo também determinou que outorgas de captação sejam reduzidas em 50% e que o horário de irrigação nas propriedades que ficam na Bacia do Meia Ponte seja escalonado de acordo com o volume médio de vazão das últimas 24 horas. Além disso, são realizadas campanhas de conscientização contra o desperdício da água.

DIÁRIO DA MANHÃ (17/09)

RONALDO CAIADO

"Sou muito duro com bandido e corrupto, mas quem trabalha eu chamo é de vossa excelência"

Governador explicou a situação hídrica de Goiás aos produtores e agradeceu o apoio por compartilhar a água dos reservatórios particulares

Ronaldo Caiado: intransigência com improbidade administrativa

Helton Lenine

O governador Ronaldo Caiado se encontrou com produtores rurais em Inhumas, sexta-feira (13) para discutir a situação hídrica de Goiás. Após a abertura das comportas da Fazenda Mamoa, a expectativa é levar a água de outros reservatórios o mais breve possível para o Rio Meia Ponte e, assim, estabilizar a vazão. Em entrevista, o governador foi questionado sobre a possibilidade de punir e multar os produtores rurais. Em reposta, Ronaldo Caiado ressaltou a solidariedade dos goianos em fornecer água ao Estado sem custos.

"O produtor rural é uma pessoa consciente. Tenho certeza que eles acreditam em mim, sabem a maneira com que sempre agi em minha vida e no respeito que tenho por essa categoria." E completou: "Sou muito enérgico, muito duro com bandido e corrupto. Agora, com quem trabalha, eu chamo é de vossa excelência. São homens que sustentam nosso Estado", disse o governador.

Conforme a secretaria estadual de Meio Ambiente, Andréa Vulcanis, a pouca aplicação de multas e punições se deve à baixa ocorrência de irrigação irregular em Goiás. No entanto, em casos graves, os produtores rurais poderão ser multados em até R$ 20 mil. "Temos mais de quase 400 propriedades fiscalizadas. Dessas, apenas 19 ou 20 tiveram autos de infração, pois o produtor rural está colaborando. Estamos encontrando baixíssimo índice de descumprimento das normas", explicou.

De iniciativa da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg), a reunião foi considerada um "momento histórico" pelo presidente da entidade, o deputado federal José Mário Schreiner (DEM), principalmente pela postura do Estado em não tomar decisões de forma arbitrária e unilateral. "Estamos vivendo um momento muito especial, em que a gente já vinha trabalhando na questão dos recursos hídricos. Quero cumprimentar Andréa Vulcanis, que tem tido grande sensibilidade e sempre aberta ao diálogo. Em nenhum momento a Secretaria do Meio Ambiente tomou uma decisão unilateral sem conversar com as pessoas que são afetadas direta ou indiretamente", reconheceu.

O ex-deputado federal Roberto Balestra (PP), que também se prontificou a abrir as comportas de seu reservatório, assumiu o compromisso de cooperar com a população goiana. "Quando um governo toma uma decisão de forma consciente, fazendo um apelo para que todos nós, que podemos participa, ajudar na solução de um grande problema, eu não pensei [duas vezes]. Liguei para o governador dizendo que estamos prontos para colaborar. Temos consciência e responsabilidade", comentou.